

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América Latina
en el siglo XXI

;

Trabalhadores em cooperativas e disputas pela base sindical (Brasil, décadas de 1990 e
2000)

Rinaldo José Varussa (Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Brasil)

Resumo:

Esta comunicação busca apresentar e discutir alguns elementos referentes às dinâmicas de atuação de sindicatos de trabalhadores em cooperativas. Partindo do processo de fundação destes sindicatos, que se estendeu ao estabelecimento de Federações e uma Confederação, intenta-se discutir suas práticas entre os trabalhadores e com outros sindicatos. Neste sentido, a questão central refere-se às formas constituídas por estes sindicatos de firmar sua representatividade entre as categorias profissionais abarcadas. Para tanto, buscou-se delinear e discutir a composição das categorias atingidas, muitas das quais tiveram suas bases divididas (como, por exemplo, os bancários), bem como algumas ações empreendidas pelos trabalhadores na contraposição de tal processo, frequentemente identificado por estes como de forjamento de uma entidade alinhada com as empresas.

Objetivos:

Esta comunicação visa discutir o processo de constituição de sindicatos que passaram a representar os trabalhadores em cooperativas, de diferentes setores, tais como o financeiro e agroindustrial. Dentro disso, além das estratégias empregadas pelas direções, busca-se estabelecer e discutir as formas como os trabalhadores se pautam em relação a estas organizações, o que abarca as maneiras como eles interpretam a representatividade daquelas entidades.

Metodologia:

Considerando os objetivos acima, a pesquisa que embasou esta comunicação buscou perceber os elementos que dirigentes sindicais e trabalhadores constituíram durante o processo de formação das entidades sindicais em questão, intentando estabelecer contato com diferentes perspectivas, a partir de um material empírico diverso, além da produção bibliográfica: boletins, relatórios, acordos e convenções coletivas, sites e vídeos produzidos pelos sindicatos; vídeos e documentos impressos produzidos por órgãos governamentais, tais como o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), relacionados aos processos de registro das entidades sindicais em questão; processos judiciais trabalhistas e entrevistas com trabalhadores e dirigentes sindicais.

Aqui é importante frisar que, na abordagem deste material, entendeu-se, com E.P.Thompson (1981), que a documentação, para o pesquisador, é um fragmento das ações humanas - e não o próprio passado – possibilitando um diálogo com as situações vividas em outros momentos, a partir do presente compartilhado pelo pesquisador. Cabe, portanto, ao historiador, de maneira parcial e provisória, buscar as relações e o universo de sentidos que fundamentaram aqueles fragmentos.

Ao mesmo tempo, enquanto fragmento, a documentação firma-se como uma prática ou um conjunto delas, constituídas em forma de linguagem, que expressam, segundo Paul Ricoeur (1995), as intervenções dos sujeitos num processo já iniciado, mas que, por isso mesmo, trazem as marcas desta inserção, permitindo ao pesquisador arguir as trajetórias e relações estabelecidas por seus autores nos processos sociais mais amplos.

Visando alcançar estas possibilidades oferecidas pelo material elencado, pautou-se a problemática que norteou a pesquisa por um diálogo com o presente, marcado por projetos e perspectivas diversas e, notadamente, conflitantes quanto à organização sindical no Brasil.

Neste sentido, ao investigar as formas como têm se constituído os sindicatos pelos trabalhadores ou outros sujeitos, buscou-se perceber as nuances, dinâmicas e dimensões assumidas pela organização sindical para estes personagens, tentando contribuir assim com o debate em curso.

Ressaltaria quanto às entrevistas orais, que a análise e a interpretação pensaram-nas igualmente como um processo de produção no qual o entrevistado constrói a sua narrativa, articulando as experiências vividas no passado com uma avaliação das implicações de sua fala no presente. Assim, mais do que a buscar a veracidade ou não dos elementos que compõem a narrativa, buscou-se estabelecer os significados constituídos pelos entrevistados (PORTELLI, 1994).

Resultados:

As duas últimas décadas se caracterizaram para os sindicatos de trabalhadores em cooperativas como um período não só de constituição, mas de intensa expansão, contrastando com um suposto refluxo vivido por pelas organizações de outras categorias, notadamente na década de 1990.

O caso em questão refere-se a um conjunto de sindicatos que passaram a ter a representação de trabalhadores em cooperativas agropecuárias e de crédito, iniciado em 1992, a partir de uma primeira unidade que se tem registro, implantada na cidade de Guarapuava, no sudeste do estado do Paraná. Após, uma série de outras se estabeleceram, inicialmente, naquele estado: em 1993, o SINTRASCOOPA em Palotina; em 1995, o SINTRACOOSUL em Carambeí; o SINTRASCOOP em Cascavel; em 1996, o SINTRASCOOM em Medianeira; e o SITRASCOOP-Sudoeste do Paraná, em Dois Vizinhos.

Esta organização se ampliaria com a fundação no estado do Paraná, em 2005, da Federação dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativa (FETRACOOP), constituída a partir daqueles sindicatos paranaenses, e com a formação da Federação Nacional (FENATRACOOP), fundada em 7 de maio de 2006, em Brasília, a qual obteve seu registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), em 2009.

Em decorrência da implantação desta rede sindical, outros sindicatos, estabelecidos anteriormente, viram suas bases divididas, principalmente as de trabalhadores nas indústrias alimentícias e de estabelecimentos bancários, tendo em conta os setores produtivos a que se vinculavam as cooperativas em que atuava a base dos novos sindicatos. Disto resultou um conjunto de contestações e ações judiciais por parte

de entidades sindicais, em diferentes partes do Brasil, as quais se fundamentavam nos mecanismos adotados pelos “cooperativistas” para a formação das suas organizações, que envolviam, por exemplo, métodos fraudulentos de convocação e realização de assembleias. Estas denúncias se ampliaram com a formação da FENATRACOOP, tendo em vista que esta passara a atuar na celebração de contratos coletivos em estados onde não existiam sindicatos na base da categoria dos trabalhadores em cooperativas. As denúncias, porém, não impediram a obtenção de registro sindical junto ao MTE por parte destas entidades, situação que perdurava até 2012.

Este reconhecimento do MTE, estabelecendo a legalidade das organizações sindicais cooperativistas, lhes viabilizava, por exemplo, a celebração de acordos e convenções com as empresas, os quais têm dois aspectos principais: a garantia da sustentabilidade financeira das entidades e a restrição às lutas dos trabalhadores quanto a melhores condições de trabalho.

No primeiro aspecto, além da percepção do imposto sindical, todos os contratos analisados trazem cláusulas que garantem aos sindicatos o recolhimento de mensalidades dos trabalhadores diretamente nos contracheques, sem que estes precisem se manifestar positivamente, buscando a filiação à entidade.

No que se refere às condições de trabalho, para além das restrições salariais impostas, os trabalhadores não encontram respaldo na representação sindicais no que se refere ao ambiente de trabalho, na contraposição, por exemplo, às condições que geram doenças funcionais, com alto índice em algumas profissões que formam a categoria. Neste particular, chama a atenção o caso dos trabalhadores em frigoríficos ligados às cooperativas: enquanto um conjunto de sindicatos do setor alimentício lutava pela aprovação de uma “Norma Regulamentadora” junto ao MTE, a qual estabeleceria melhores condições de trabalho naquele setor, as entidades cooperativas mantinham-se distante desta pauta, não sendo localizada pela pesquisa nenhuma menção à questão, muito menos alguma prática neste sentido.

Este quadro repercute evidentemente nas avaliações firmadas pelos trabalhadores em relação a estas entidades e em ações contra esta representação sindical. Assim, se a legalidade dos sindicatos cooperativistas e suas federações vêm sendo garantida pelo registro obtido junto ao MTE e nas sentenças obtidas em diferentes instâncias judiciais, o mesmo não se pode dizer da legitimidade destas organizações sindicais em relação às categorias das quais se nomeiam representantes. Um conjunto de ações judiciais

reivindicando o ressarcimento dos pagamentos efetuados ao sindicato aponta nesta direção. Da mesma forma, nas entrevistas realizadas, o sentido estabelecido por eles para o sindicato evidencia o distanciamento entre estas partes, com os trabalhadores frequentemente se referindo à entidade como das cooperativas e não dos trabalhadores.

Para além disso, os trabalhadores vem firmando ações que intentam fazer frente a omissão sindical, constituindo outras formas de mobilização e organização, como por exemplo a formação de uma associação de portadores de doenças funcionais, fundada em 2002, em Cascavel-PR, a denominada AP-LER.

No caso dos trabalhadores em frigoríficos, a ação mais visível e mesmo contundente no que se refere ao empresariado, tem sido o êxodo de trabalhadores, os quais rejeitam sistematicamente o trabalho naquele setor, ocasionando uma “rotatividade” de funcionários, que em alguns casos se aproxima de um índice anual de 100%. Em que pese o caráter silencioso e não constituído a partir de uma organização formal, esta ação tem levado o empresariado a buscar medidas que enfrentem esta situação, algumas delas na forma de tímidas melhorias nas condições de trabalho. No que se refere à forma de sindicalismo tratada aqui, este quadro acaba por favorecer a entidade, uma vez que a categoria se caracteriza pelo curto período de vínculo dos trabalhadores à atividade, tornando flutuante e volátil o conjunto destes, dificultando a constituição de ações de oposição firmadas a partir de experiências em relação à representação sindical.

Bibliografia principal:

ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas/São Paulo: Edunicamp/Hucitec, 1991, p. 53.

BEYNON, Huw. “O sindicalismo tem futuro no século XXI?”. in SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (org). *Além da fábrica*, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Década neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos”. in *Revista Tempo*, n. 2. RJ: EDUFRJ, 1994.

- RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. v. I. Campinas: Papirus, 1995.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *O Declínio do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.
- VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e frigoríficos na Justiça do Trabalho: Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000*. Marechal Cândido Rondon, 2012. (mim.)
- _____. *Sindicalismo e trabalhadores em cooperativas no Brasil (décadas de 1990 e 2000)*. Marechal Cândido Rondon, 2012. (mim).
- THOMPSON, E.P. *Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.